



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno

Prestação de Contas

da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão

Exercício Financeiro de 2016

2017

***Assessoria de Controle Interno e Auditoria
da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão***

Composta por:

Carlos Alberto Pinheiro Barros Júnior
Analista Ministerial
Assessor-Chefe de Controle Interno e Auditoria

Fábio Rafael Viana Lobato da Silva
Analista Ministerial

Alan Vasconcelos Santos
Analista Ministerial

Francisca Ferreira de Sousa
Analista Ministerial

Raimundo João Serejo Azevedo Filho
Técnico Ministerial

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	04
2. DO ORÇAMENTO	05
2.1 Da Lei Orçamentária Anual (LOA) e dos Créditos Adicionais	05
2.2 Das Receitas	07
2.3 Das Despesas	08
3. DO FINANCEIRO	17
4. DO PATRIMÔNIO	19
5. DOS PROGRAMAS DE TRABALHO	25
6. DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO	27
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	28



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2016

1. APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Controle Interno, que acompanha a Prestação de Contas Anual do Chefe do Ministério Público do Estado do Maranhão, é exigência das Instruções Normativas – TCE/MA nº. 012/2005 e nº. 026/2011, que dispõem sobre a forma de apresentação da prestação de contas anual, inclusive no tocante aos documentos necessários a sua composição.

Neste relatório, faz-se uma análise da regularidade da realização da receita e da despesa, da execução do orçamento e dos programas de trabalho e o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Procuradoria Geral de Justiça, no exercício financeiro de 2016, baseada nas demonstrações contábeis, relatórios contidos na prestação de contas e em dados do Sistema Informativo de Planejamento, Coordenação e Avaliação – SISPCA do Estado do Maranhão e do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2016

2. DO ORÇAMENTO

2.1 Da Lei Orçamentária Anual (LOA) e dos Créditos Adicionais

A Lei Orçamentária Anual (Lei nº. 10.405, de 30/12/2015), autorizou inicialmente para a Procuradoria-Geral de Justiça recursos na ordem de R\$ 281.926.524,00 (duzentos e oitenta e um milhões, novecentos e vinte e seis mil, quinhentos e vinte e quatro reais) e, mediante abertura de créditos adicionais, tal montante foi alterado para R\$ 396.255.197,24 (trezentos e noventa e seis milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, cento e noventa e sete reais e vinte e quatro centavos).

No exercício em exame, foram realizadas aberturas de créditos suplementares em favor da PGJ, em conformidade com os artigos 40 a 46 da Lei Federal nº. 4.320/1964 e com o Novo Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, aumentando o valor global das dotações em R\$ 114.328.673,24 (cento e catorze milhões, trezentos e vinte e oito mil, seiscentos e setenta e três reais e vinte e quatro centavos), de acordo com os seguintes dispositivos legais:



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2016

RELAÇÃO DE CRÉDITOS ADICIONAIS				
DISPOSITIVO	DATA DIÁRIO OFICIAL	CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO	CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO
ATO Nº. 069	08/03/2016			2.000.000,00
DECRETO Nº. 31.708	05/05/2016	57.198,24		
DECRETO Nº. 31.703	05/05/2016			5.000.000,00
DECRETO Nº. 32.008	26/07/2016			6.500.000,00
DECRETO Nº. 32.091	16/08/2016			8.500.000,00
DECRETO Nº. 32.132	05/09/2016		111.902,00	
DECRETO Nº. 32.195	20/09/2016			4.988.526,00
DECRETO Nº. 32.205	26/09/2016			5.001.882,00
ATO Nº. 409	05/10/2016			200.000,00
DECRETO Nº. 32.281	21/10/2016			65.000.000,00
DECRETO Nº. 32.281	21/10/2016			15.019.260,00
ATO Nº. 459	07/11/2016			300.000,00
ATO Nº. 465	11/11/2016			770.000,00
ATO Nº. 465	11/11/2016			330.000,00
ATO Nº. 469	11/11/2016			100.000,00
ATO Nº. 501	14/12/2016			28.500,00
DECRETO Nº. 32.446	28/11/2016		1.870.000,00	
DECRETO Nº. 32.549	19/12/2016			1.279.905,00
DECRETO Nº. 32.446	20/12/2016			1.000.000,00
ATO Nº. 504	23/12/2016			270.700,00
SUBTOTAL		57.198,24	1.981.902,00	116.288.773,00
TOTAL GERAL				118.327.873,24
CANCELAMENTO DE DOTAÇÕES				3.999.200,00
VALOR GLOBAL DAS DOTAÇÕES				114.328.673,24



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2016

2.2. Das Receitas

Como descrito no item **2.1 Da Lei Orçamentária Anual (LOA) e dos Créditos Adicionais**, a Lei nº. 10.405/2015 autorizou inicialmente para a PGJ, para o exercício de 2016, recursos no montante de R\$ 281.926.524,00 (duzentos e oitenta e um milhões, novecentos e vinte e seis mil, quinhentos e vinte e quatro reais), posteriormente alterado para R\$ 396.255.197,24 (trezentos e noventa e seis milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, cento e noventa e sete reais e vinte e quatro centavos), em razão da abertura de créditos adicionais.

Conforme se depreende da análise do Balanço Orçamentário, verificamos que o montante das receitas realizadas foi de R\$ 402.465.894,22 (quatrocentos e dois milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e noventa e quatro reais e vinte e dois centavos), no exercício de 2016.



Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2016

2.3 Das Despesas

A execução da despesa orçamentária da Procuradoria Geral de Justiça, no exercício de 2016, pode ser demonstrada como segue:

UNIDADE GESTORA: 070101 - Procuradoria Geral de Justiça						
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DESPESAS EMPENHADAS (B)	DESPESAS LIQUIDADAS (C)	DESPESAS PAGAS (D)	% (B/A)	% (D/B)
281.926.524,00	396.255.197,24	395.744.905,25	391.020.351,50	388.890.421,11	99,87%	98,27%

No exercício de 2016, houve economia na execução da despesa orçamentária, no valor de R\$ 510.291,99 (quinhentos e dez mil, duzentos e noventa e um reais e noventa e nove centavos), como se observa no confronto das dotações atualizadas com as despesas empenhadas, na forma do demonstrativo abaixo:

APURAÇÃO DA ECONOMIA ORÇAMENTÁRIA	
DOTAÇÕES X DESPESAS	VALORES
(+) Dotações Atualizadas	396.255.197,24
(-) Despesas Empenhadas	395.744.905,25
(=) ECONOMIA ORÇAMENTÁRIA	510.291,99



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2016

Das despesas empenhadas no exercício de 2016, no valor de R\$ 395.744.905,25 (trezentos e noventa e cinco milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, novecentos e cinco reais e vinte e cinco centavos), a quantia de R\$ 388.890.421,11 (trezentos e oitenta e oito milhões, oitocentos e noventa mil, quatrocentos e vinte e um reais e onze centavos) foi paga no exercício, o que resultou na inscrição de restos a pagar, no final do exercício de 2016, no montante de R\$ 6.854.484,14 (seis milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e catorze centavos), na forma abaixo descrita:

APURAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	VALORES
(+) Despesas Empenhadas	395.744.905,25
(-) Despesas Pagas	388.890.421,11
(=) RESTOS A PAGAR - INSCRIÇÃO DO EXERCÍCIO	6.854.484,14
Restos a Pagar Processados	2.129.930,39
Restos a Pagar Não Processados	4.724.553,75

Do valor total inscrito em restos a pagar no final do exercício de 2016, ou seja, R\$ 6.854.484,14 (seis milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e catorze centavos), R\$ 4.724.553,75 (quatro milhões, setecentos e vinte e quatro mil, quinhentos e cinquenta e três reais e setenta e cinco centavos) referem-se aos restos a pagar não processados, e o restante, no valor de R\$ 2.129.930,39 (dois milhões, cento e vinte e nove mil, novecentos e trinta reais e trinta e nove centavos), aos restos a pagar processados.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2016

A Procuradoria Geral de Justiça teve suas despesas empenhadas, liquidadas e pagas, de acordo com a respectiva categoria econômica, grupo de natureza da despesa e elemento de despesa, na forma abaixo discriminada:

UNIDADE GESTORA: 070101 - Procuradoria Geral de Justiça

CATEGORIA ECONÔMICA/ GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/ ELEMENTO DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS (A)	DESPESAS LIQUIDADAS (B)	DESPESAS PAGAS (C)	% (C / A)
3 DESPESAS CORRENTES	392.860.428,16	389.093.355,66	386.963.425,27	98,50%
3.1 PESSOAL E ENGARGOS SOCIAIS	296.586.525,20	296.586.525,20	294.480.762,96	99,29%
319011 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	233.202.640,19	233.202.640,19	233.202.640,19	100,00%
319013 - OBRIGACOES PATRONAIS	6.287.083,17	6.287.083,17	6.287.083,17	100,00%
319016 - AJUDA DE CUSTO	5.600,00	5.600,00	5.600,00	100,00%
319091 - SENTENÇA JUDICIAL	18.162.555,47	18.162.555,47	18.162.555,47	100,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	380.936,20	380.936,20	380.936,20	100,00%
319093 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	9.984.291,03	9.984.291,03	9.984.291,03	100,00%
319094 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	414.352,53	414.352,53	414.352,53	100,00%
319107 - CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	28.149.066,61	28.149.066,61	26.043.304,37	92,52%
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	96.273.902,96	92.506.830,46	92.482.662,31	96,06%
339008 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	17.167.705,95	17.167.705,95	17.167.705,95	100,00%
339014 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL	809.649,27	809.649,27	809.649,27	100,00%
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	1.774.740,73	1.398.500,46	1.390.910,46	78,37%
339033 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	365.269,98	365.269,98	365.269,98	100,00%
339036 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	3.291.592,00	3.239.945,24	3.228.945,24	98,10%



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2016

CATEGORIA ECONÔMICA/ GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/ ELEMENTO DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS (A)	DESPESAS LIQUIDADAS (B)	DESPESAS PAGAS (C)	% (C / A)
339037 - LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	6.804.527,12	6.701.426,30	6.701.426,30	98,48%
339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	22.551.300,98	19.380.988,73	19.375.410,58	85,92%
339046 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	22.956.376,95	22.956.376,95	22.956.376,95	100,00%
339049 - AUXÍLIO TRANSPORTE	79.647,20	79.647,20	79.647,20	100,00%
339092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	20.111.129,41	20.047.065,85	20.047.065,85	99,68%
339139 - SERVIÇO DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	361.963,37	360.254,53	360.254,53	99,53%
4. DESPESAS DE CAPITAL	2.884.477,09	1.926.995,84	1.926.995,84	66,81%
4.4 INVESTIMENTOS	2.884.477,09	1.926.995,84	1.926.995,84	66,81%
449051 - OBRAS E INSTALAÇÕES	1.197.064,19	1.190.068,24	1.190.068,24	99,42%
449052 - MATERIAL PERMANENTE	1.687.412,90	736.927,60	736.927,60	43,67%
TOTAL	395.744.905,25	391.020.351,50	388.890.421,11	98,27%

Como se observa no demonstrativo acima, no exercício de 2016, foram pagos 98,27% do valor total das despesas empenhadas, sendo que a diferença, no percentual de 1,73%, que corresponde ao valor de R\$ 6.854.484,14 (seis milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e catorze centavos), foi inscrita em restos a pagar, no final de tal exercício.



Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2016

Quanto às **despesas empenhadas por categoria econômica**, verificamos que as despesas correntes corresponderam, no exercício de 2016, a 99,27%, ao passo que o impacto das despesas de capital foi de 0,73%, na forma abaixo demonstrada:

CATEGORIA ECONÔMICA	DESPESAS EMPENHADAS	COMPROMETIMENTO
Despesas Correntes	392.860.428,16	99,27%
Despesas de Capital	2.884.477,09	0,73%
TOTAL	395.744.905,25	100,00%

Analisando o comportamento das **despesas empenhadas por grupo de natureza de despesa**, constatamos que o maior impacto, de aproximadamente 75%, corresponde às despesas com pessoal e encargos sociais, conforme demonstrado na tabela a seguir:

GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS	PERCENTUAL
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	296.586.525,20	74,94%
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	96.273.902,96	24,33%
4.4 INVESTIMENTOS	2.884.477,09	0,73%
TOTAL	395.744.905,25	100,00%



Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2016

No tocante à **apuração do Resultado Orçamentário** – que representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas – verificamos, após análise do Balanço Orçamentário, que houve um superavit orçamentário, no valor de R\$ 6.720.988,97 (seis milhões, setecentos e vinte mil, novecentos e oitenta e oito reais e noventa e sete centavos), conforme segue abaixo demonstrado:

APURAÇÃO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	
1. Receitas Orçamentárias Realizadas	402.465.894,22
2. Despesas Orçamentárias Empenhadas	395.744.905,25
Resultado Orçamentário Superavitário	6.720.988,97

Quanto à **execução da despesa extraorçamentária**, verificamos que, do montante de R\$ 17.461.067,12 (dezessete milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, sessenta e sete reais e doze centavos), inscrito em restos a pagar em 2015, foi realizado o desembolso para pagamento no valor de R\$ 16.476.195,10 (dezesseis milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, cento e noventa e cinco reais e dez centavos), de modo que o restante, no valor de R\$ 984.872,02 (novecentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e setenta e dois reais e dois centavos), foi cancelado no final de 2016, gerando uma disponibilidade financeira como fonte de recurso para composição do superavit financeiro no final do exercício.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2016

Quanto às **despesas por meio de adiantamento ou suprimento de fundos** no exercício de 2016, verificamos que houve dispêndio no montante de R\$ 407.055,66 (quatrocentos e sete mil, cinquenta e cinco reais e sessenta e seis centavos), com base no Ato Regulamentar nº. 04/2013-GPGJ.

Desse montante, em 31/12/2016, R\$ 26.740,00 (vinte e seis mil, setecentos e quarenta reais) foram registrados no Balanço Patrimonial em virtude da não apresentação da correspondente prestação de contas ou da apresentação de prestação de contas com pendências não sanadas até o final do exercício, seguindo abaixo a relação dos supridos, com seus respectivos recursos:

RESPONSÁVEIS POR RECURSOS DE ADIANTAMENTO	FATO GERADOR	VALOR
TACITO DE JESUS LOPES GARROS	2012	3.000,00
MARCIO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA	2016	1.000,00
CARLOS PINTO DE ALMEIDA JUNIOR		1.000,00
MARCO TULIO RODRIGUES LOPES		2.000,00
DAILMA MARIA		3.000,00
LUCIANO RAMOS CANAVARRO COSTA		1.740,00
EDILSON SANTANA DE SOUSA		5.000,00
GIOVANNI PAPINI C. MOREIRA		4.000,00
CARLOS AUGUSTO SOARES		1.000,00
ANDRE CHARLES ALCANTARA MARTIN		3.000,00
RENATO MADEIRA REIS		2.000,00
TOTAL		26.740,00



Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2016

Por meio de esforços conjuntos da Administração Superior e das unidades administrativas pertinentes à matéria, o montante supracitado foi reduzido para R\$ 14.000,00 (catorze mil reais), conforme demonstrativo oriundo do SIAFEM, datado de 16/03/2017, cujo resumo segue abaixo:

RESPONSÁVEIS POR RECURSOS DE ADIANTAMENTO	FATO GERADOR	VALOR
TACITO DE JESUS LOPES GARROS	2012	3.000,00
MARCO TULIO RODRIGUES LOPES	2016	1.000,00
DAILMA MARIA		3.000,00
GIOVANNI PAPINI C. MOREIRA		4.000,00
CARLOS AUGUSTO SOARES		1.000,00
RENATO MADEIRA REIS		2.000,00
TOTAL		14.000,00

Cabe destacar que o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) constante na tabela acima corresponde à não aprovação de contas de recursos recebidos a título de adiantamento em exercício anterior ao analisado, cujo fato ensejou abertura de Tomada de Contas Especial, conforme PA nº. 9544AD/2013, já encaminhado para o Tribunal de Contas Estadual e recepcionado com o número 9674/2014, conforme protocolo nº. 0148/192014096745404, de 19/08/2014.

Quanto à **aquisição de material permanente**, em casos excepcionais, **com recursos advindos de adiantamentos ou suprimento de fundos**, na forma estabelecida no Ato Regulamentar nº. 04/2013-GPGJ, até o valor limite de R\$ 400,00 para cada despesa de pequeno vulto, conforme Portaria nº. 0417/2013-GPGJ, verificamos que foi despendido o montante de R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais), conforme quadro a seguir:



Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2016

AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE POR ADIANTAMENTO				
ITEM	DESCRIÇÃO	TOMBO	VALOR DO BEM	PROCESSO ADMINISTRATIVO
1	BOMBA ANAUGER 800	56523	320,00	PA nº. 640AD/2016
2	LIXEIRA EM INOX	56524	400,00	PA nº. 641AD/2016
TOTAL			720,00	

No que tange às **despesas com pessoal e encargos sociais** ao longo do exercício de 2016, verificamos o montante de R\$ 296.586.525,20 (duzentos e noventa e seis milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, quinhentos e vinte e cinco reais e vinte centavos), sendo que, após as deduções legais, a despesa líquida com pessoal e seu respectivo comprometimento em relação à receita corrente líquida apresentou os seguintes valores nos três quadrimestres de 2016:

QUADRIMESTRE	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	% DESPESA COM PESSOAL
1º.	202.193.481,46	10.802.513.622,52	1,87%
2º.	205.965.142,73	11.394.735.552,87	1,81%
3º.	205.117.333,82	12.434.760.473,20	1,65%

Verifica-se, pela leitura do quadro acima, o cumprimento do limite com despesa de pessoal estabelecido no art. 20, III, “b” e art. 59, §1º., II da Lei Complementar nº. 101/2000-LRF.



Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2016

3. DO FINANCEIRO

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, ficou demonstrado que, no início do exercício de 2016, a Procuradoria Geral de Justiça apresentou disponibilidade de caixa no montante de R\$ 13.336.647,25 (treze milhões, trezentos e trinta e seis mil, seiscentos e quarenta e sete reais e vinte e cinco centavos), sendo que, ao final de tal exercício, o saldo em questão foi de R\$ 18.656.311,38 (dezoito milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, trezentos e onze reais e trinta e oito centavos).

O fluxo financeiro pode ser melhor evidenciado no quadro a seguir:

FLUXO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	
DISPONIBILIDADE DE CAIXA em 31/12/2015:	13.336.647,25
(+) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	420.465.894,22
(-) DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS PAGAS	388.890.421,11
(-) PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	16.476.195,10
(-) PAGAMENTOS DE CONSIGNAÇÕES (REPASSE DE IRRF REF. A 2015)	9.781.507,32
(+) RENDIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	1.893,44
DISPONIBILIDADE DE CAIXA em 31/12/2016:	18.656.311,38

Após análise do Balanço Financeiro, verificamos que houve um aumento do saldo em espécie em caixa no final do exercício, o que demonstra um resultado financeiro positivo no montante de R\$ 5.319.664,13 (cinco milhões, trezentos e dezenove mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e treze centavos), na forma abaixo demonstrada:



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2016

APURAÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	
(+) SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	18.656.311,38
(-) SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR	13.336.647,25
RESULTADO FINANCEIRO POSITIVO	5.319.664,13

Os recursos financeiros do Procuradoria Geral de Justiça e os depósitos de terceiros em espécie sob nossa responsabilidade, foram depositados durante todo o exercício em rede bancária oficial, formando o saldo das disponibilidades de caixa em 31/12/2016, após as devidas conciliações bancárias, atendendo à determinação da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme quadro a seguir:

BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE/ POUPANÇA	SALDO SIAFEM EM 31/12/2016
BANCO DO BRASIL	38466	159427-3	18.515.115,60
		5229-9	33.908,69
		7947-2	82.080,93
		8080-2	24.583,96
BANCO BRADESCO	1152	80119-4	622,20
TOTAL			18.656.311,38



Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2016

4. DO PATRIMÔNIO

As variações ocorridas no patrimônio, resultantes e independentes da execução orçamentária, durante o exercício financeiro de 2016, estão demonstradas, por determinação do MCASP e da Lei Federal nº. 4.320/1964, na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Considerando que a apuração do resultado patrimonial implica o confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD), restou evidenciado, após análise do Balanço Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais, que ocorreu um resultado superavitário de R\$ 36.854.805,71 (trinta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e cinco reais e setenta e um centavos), na forma demonstrada pela tabela a seguir:

APURAÇÃO DO RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO	
1. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	431.364.773,16
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	430.979.300,10
VALORIZ. E GANHOS C/ATIVOS E DESINC. PASSIVOS	86,49
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	385.386,57
2. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	394.509.967,45
PESSOAL E ENCARGOS	309.159.005,45
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	54.071.957,24
DESVALOR. E PERDA DE ATIVO E INCORP. PASSIVO	24.382,69
TRIBUTÁRIAS	27.631.249,85
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	3.623.372,22
3. RESULTADO PATRIMONIAL POSITIVO	36.854.805,71



Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2016

Para melhor compreensão da gestão dos bens patrimoniais, discriminaremos os cenários relativos aos bens de estoque, aos bens móveis e aos bens imóveis, ao fim do exercício de 2016.

a) quanto aos **bens de estoque**, o saldo inicial na referida conta foi de R\$ 2.465.525,71 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e vinte e cinco reais e setenta e um centavos), encerrando-se com R\$ 710.849,13 (setecentos e dez mil, oitocentos e quarenta e nove reais e treze centavos), havendo, desta forma, uma **diminuição dos referidos bens**, na ordem de R\$ 1.754.676,58 (um milhão, setecentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e setenta e seis reais e cinquenta e oito centavos), conforme movimentação a seguir:

MOVIMENTAÇÃO DOS BENS DE ESTOQUE NO EXERCÍCIO	
SALDO EM 31/12/2015:	2.465.525,71
(+) AQUISIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	1.153.282,99
(+) AQUISIÇÕES EXTRAORÇAMENTÁRIAS	404.170,15
(-) BAIXA POR REQUISIÇÃO	3.312.129,72
SALDO EM 31/12/2016:	710.849,13
DECRÉSCIMO DOS BENS DE ESTOQUE:	1.754.676,58



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2016

b) quanto aos **bens móveis**, verificamos que, após confrontar as aquisições orçamentárias e extraorçamentárias, bem como as incorporações advindas do FEMPE com os decréscimos patrimoniais, houve um **aumento nos referidos bens** na ordem de R\$ 2.339.169,54 (dois milhões, trezentos e trinta e nove mil, cento e sessenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos), conforme segue abaixo demonstrado:

MOVIMENTAÇÃO DOS BENS MÓVEIS NO EXERCÍCIO	
SALDO EM 31/12/2015:	41.942.938,22
(+) AQUISIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DE BENS MÓVEIS	736.927,60
(+) AQUISIÇÕES EXTRAORÇAMENTÁRIAS DE BENS MÓVEIS	1.612.826,48
(+) INCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS ADQUIRIDOS PELO FEMPE	281.020,65
(-) DESINCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS	291.605,19
SALDO EM 31/12/2016:	44.282.107,76
ACRÉSCIMO DOS BENS MÓVEIS:	2.339.169,54

Cabe registrar que a desincorporação dos bens móveis acima mencionada foi decorrente de doações, baixa por não existência e inservibilidade, no montante de R\$ 291.605,19 (duzentos e noventa e um mil, seiscentos e cinco reais e dezenove centavos), na forma a seguir descrita:

DESINCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS NO EXERCÍCIO	
DOAÇÕES	263.647,88
BAIXA POR NÃO EXISTÊNCIA (FURTO OU ROUBO)	3.574,62
INSERVIBILIDADE	24.382,69
TOTAL DAS DESINCORPORAÇÕES DOS BENS MÓVEIS	291.605,19



Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2016

c) quanto aos **bens imóveis**, as aquisições orçamentárias e extraorçamentárias, bem como as incorporações advindas do FEMPE, no exercício de 2016, somaram R\$ 23.120.106,64 (vinte e três milhões, cento e vinte mil, cento e seis reais e sessenta e quatro centavos), de acordo com o demonstrativo abaixo:

MOVIMENTAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS NO EXERCÍCIO	
SALDO EM 31/12/2015:	55.519.458,03
(+) AQUISIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DE BENS IMÓVEIS	1.190.068,24
(+) AQUISIÇÕES EXTRAORÇAMENTÁRIAS DE BENS IMÓVEIS	11.416.632,52
(+) INCORPORAÇÃO DE BENS IMÓVEIS ADQUIRIDOS PELO FEMPE	10.513.405,88
SALDO EM 31/12/2016:	78.639.564,67
ACRÉSCIMO DOS BENS IMÓVEIS:	23.120.106,64

Quanto ao **superavit financeiro do exercício de 2016**, ao analisarmos os Balanços Patrimonial e Financeiro, verificamos que sua apuração consiste na diferença entre o Ativo Circulante com o Passivo Circulante menos a inscrição de Restos a Pagar Não Processados, resultando em um Superavit Financeiro de R\$ 11.777.243,28 (onze milhões, setecentos e setenta e sete mil, duzentos e quarenta e três reais e vinte e oito centavos), conforme quadro abaixo. Deste montante, R\$ 984.872,02 (novecentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e setenta e dois reais e dois centavos) é oriundo do cancelamento de restos a pagar, no final do exercício.



Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2016

Cabe esclarecer ainda que o valor do Passivo Circulante corresponde à soma da inscrição de Restos a Pagar processados do exercício, no valor de R\$ 2.129.930,39 (dois milhões, cento e vinte e nove mil, novecentos e trinta reais e trinta e nove centavos) com o valor dos depósitos das cauções de terceiros em dinheiro, no valor de R\$ 24.583,96 (vinte e quatro mil, quinhentos e oitenta e três reais e noventa e seis centavos), na forma abaixo demonstrada:

APURAÇÃO DO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	
1. Ativo Circulante	18.656.311,38
2. Passivo Circulante	2.154.514,35
3. Subtotal	16.501.797,03
4. Empenhos a Liquidar (Restos a Pagar Não Processados)	4.724.553,75
Superavit Financeiro	11.777.243,28

Outra forma de apuração do Superavit Financeiro considera o confronto entre a disponibilidade de caixa, no final do exercício, no montante de R\$ 18.656.311,38 (dezoito milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, trezentos e onze reais e trinta e oito centavos), com o valor de R\$ 6.854.484,14 (seis milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e catorze centavos), relativo à inscrição de Restos a Pagar (processados e não processados) do exercício, somado ao dos depósitos e cauções de terceiros em dinheiro, no valor de R\$ 24.583,96 (vinte e quatro mil, quinhentos e oitenta e três reais e noventa e seis centavos), resultou no superavit financeiro de R\$ 11.777.243,28 (onze milhões, setecentos e setenta e sete mil, duzentos e quarenta e três reais e vinte e oito centavos).



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2016

Sob nossa **responsabilidade com terceiros**, verificamos a existência do montante de R\$ 1.897.354,26 (um milhão, oitocentos e noventa e sete mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e vinte e seis centavos), sendo que, deste valor, apenas R\$ 24.583,96 (vinte e quatro mil, quinhentos e oitenta e três reais e noventa e seis centavos) correspondem aos depósitos e cauções em dinheiro e a diferença, de R\$ 1.872.770,30 (um milhão, oitocentos e setenta e dois mil, setecentos e setenta reais e trinta centavos), refere-se a cartas fiança e seguros-garantia.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2016

5. DOS PROGRAMAS DE TRABALHO

O Plano Plurianual do Estado do Maranhão para o quadriênio 2016-2019 contemplou a Procuradoria Geral de Justiça Estadual com 02 (dois) programas de trabalho, a saber: **0337 – Gestão de Ações Essenciais à Justiça**, com 03 (três) ações; e **0411 – Apoio Administrativo**, com 02 (duas) ações.

Quanto ao cumprimento das metas Previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, temos a informar que, em 2016, esta Unidade Gestora cumpriu 85% da ação referente a Desenvolvimento Institucional, bem como 100% da ação relativa à Construção da Sede Própria do Ministério Público, conforme demonstrativo a seguir:

Prestação de Contas da PGJ | Exercício Financeiro de 2016

RELATÓRIO DE META FÍSICA E FINANCEIRA

UNIDADE GESTORA: (070101) - PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA															
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: (07101) - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA															
PROGRAMA: (0337) - GESTÃO DE AÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA															
COD	AÇÃO	PRODUTO	UNI. MEDIDA	META FÍSICA			VALOR: R\$								
				PLANEJ.	EXECUT.	%	DOT INICIAL	DOT ATUAL (A)	EMP (B)	SALDO(A-B)	%(B/A)	LIQUIDADO (C)	%(C/A)	PAGO (D)	%(D/A)
4426	Desenvolvimento Institucional	Pessoa capacitada	Pessoa	1.419	1.215	85,82	1.000.000,00	745.500,00	742.815,36	2.684,64	99,6	645.140,36	86,5	634.140,36	85,1
2963	Coordenação das Ações Essenciais à Justiça	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	245.340.160,00	359.264.033,24	358.766.001,76	498.031,48	99,9	354.619.484,01	98,7	354.606.315,86	98,7
3037	Construção da Sede Própria do Ministério Público	prédio construído e aparelhado	unidade	1	1	100,00	100.000,00	1.800.000,00	1.799.938,35	61,65	100,0	1.319.577,35	73,3	1.319.577,35	73,3
PROGRAMA (TOTAL):							246.440.160,00	361.809.533,24	361.308.755,47	500.777,77	99,86	356.584.201,72	98,6	356.580.033,57	98,6
PROGRAMA: (0411) - APOIO ADMINISTRATIVO															
COD	AÇÃO	PRODUTO	UNI. MEDIDA	META FÍSICA			VALOR: R\$								
				PLANEJ.	EXECUT.	%	DOT INICIAL	DOT ATUAL (A)	EMP (B)	SALDO(A-B)	%(B/A)	LIQUIDADO (C)	%(C/A)	PAGO (D)	%(D/A)
0900	Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	27.890.412,00	28.158.412,00	28.149.066,61	9.345,39	100,0	28.149.066,61	100,0	28.043.304,37	92,5
0901	Contribuição ao Regime Geral da Previdência	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	7.595.952,00	6.287.252,00	6.287.083,17	168,83	100,0	6.287.083,17	100,0	6.287.083,17	100,0
PROGRAMA (TOTAL):							35.486.364,00	34.445.664,00	34.436.149,78	9.514,22	99,97	34.436.149,78	100,0	32.330.387,54	93,9
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA (TOTAL):							281.926.524,00	396.255.197,24	395.744.905,25	510.291,99	99,87	391.020.351,50	98,7	388.890.421,11	98,1
UNIDADE GESTORA (TOTAL):							281.926.524,00	396.255.197,24	395.744.905,25	510.291,99	99,87	391.020.351,50	98,68	388.890.421,11	98,1
TOTAL GERAL															
DOTAÇÃO INICIAL							281.926.524,00	LIQUIDADO (C)					391.020.351,50		
DOTAÇÃO ATUAL (A)							396.255.197,24	%(C/A)					98.67892061064138		
EMPENHADO (B)							395.744.905,25	PAGO (D)					388890421,11		
SALDO (A-B)							510.291,99	%(D/A)					98,14		
%(B/A)							99,9								



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2016

6. DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO

Em atendimento à exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal quanto à Transparência da Gestão Fiscal, no site do Ministério Público do Estado do Maranhão, no link “<http://www.mpma.mp.br/index.php/execucao-orcamentaria-e-financeira>”, podem ser acessadas, por qualquer cidadão, as informações sobre realização de receitas e despesas, consultas de despesas por credor, além de consultas de pagamentos, empenhos e liquidações.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2016

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a legislação pertinente à matéria, notadamente a Lei Federal nº. 4.320/1964, bem como as Instruções Normativas – TCE/MA nº. 012/2005 e nº. 026/2011, que dispõem sobre a forma de apresentação da prestação de contas anual do Chefe do Ministério Público do Estado, e com base na documentação disponibilizada pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças desta Procuradoria, nos relatórios constantes na prestação de contas em análise e nos registros dos sistemas SISPCA e SIAFEM, manifestamo-nos pela regularidade da Prestação de Contas da Procuradoria Geral de Justiça, referente ao exercício de 2016, especificamente no que tange à realização da receita e da despesa, à execução do orçamento e dos programas de trabalho e ao cumprimento das metas previstas no plano plurianual e na lei de diretrizes orçamentárias.

É o relatório que esta Assessoria de Controle Interno e Auditoria encaminha ao Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, para conhecimento e deliberação das providências julgadas cabíveis.

São Luís (MA), 21 de março de 2017.

Carlos Alberto Pinheiro Barros Júnior
Analista Ministerial
Assessor-Chefe de Controle Interno e Auditoria